

# *Superior Tribunal de Justiça*

**EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.546.606 - RS (2015/0189926-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**EMBARGANTE** : **CONSTRUTORA SULTEPA SA**  
**ADVOGADOS** : **CAROLINA VIANNA PERRONI SANVICENTE - RS057568**  
**TIAGO JASKULSKI LUZ - RS071444**  
**MICHEL ZAVAGNA GRALHA E OUTRO(S) - RS055377**  
**JACQUES ANTUNES SOARES - RS075751**  
**ALEXANDRE FERNANDES FRIZZO E OUTRO(S) - RS049856**  
**EMBARGADO** : **GERALDO DE FERNANDES DE SOUZA STEFANI**  
**ADVOGADOS** : **LUCIANO DAHMER HOCSMAN - RS043157**  
**PRISCILA CORRÊA DE MELLO E OUTRO(S) - RS079644**

## **EMENTA**

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO E CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA DOS VÍCIOS ENSEJADORES DA OPOSIÇÃO DOS ACLARATÓRIOS. EMBARGOS REJEITADOS.

## **DECISÃO**

Cuida-se de embargos de declaração opostos por Construtora Sultepa S.A. à decisão monocrática desta relatoria que deu provimento ao recurso especial de Geraldo de Fernandes de Souza Stefani, nos termos da ementa a seguir transcrita (e-STJ, fl. 954):

RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO PRINCIPAL DE INDENIZAÇÃO EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. TRANSAÇÃO. HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL. ATO PERFEITO E ACABADO. PREPONDERÂNCIA SOBRE A SENTENÇA ANTERIOR. TAXA DE JUROS. VERIFICAÇÃO DA SUA ADEQUAÇÃO. ERRO DE DIREITO. SUBMISSÃO À COISA JULGADA E À PRECLUSÃO. REFORMA DO ACÓRDÃO RECORRIDO QUE SE IMPÕE. RESTABELECIMENTO DA DECISÃO DE PRIMEIRO GRAU AGRAVADA. ALEGAÇÃO DA PARTE RECORRIDA DE INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 7 E 211 DO STJ E 284 DO STF. NÃO ACOLHIMENTO. RECURSO PROVIDO.

Em suas razões (e-STJ, fls. 963-965), a embargante alega que a decisão recorrida está eivada de: **i)** omissão, concernente à aplicação dos enunciados de n. 5, 7 e 211 do STJ ao recurso especial interposto pelo ora embargado, bem como no tocante ao

# Superior Tribunal de Justiça

erro material, traduzindo-se, na verdade, em erro de direito, acerca da ilicitude na taxa de juros constante do acordo celebrado entre as partes; e **ii**) contradição, uma vez que a pretensão deduzida no agravo de instrumento era apenas readequar a taxa de juros objeto de transação.

Impugnação não apresentada.

Brevemente relatado, decido.

Com efeito, os embargos de declaração somente são cabíveis quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição, omissão ou erro material, conforme disposto no art. 1.022, I, II e III, do CPC/2015, *in verbis*:

Art. 1.022. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para:

I - esclarecer obscuridade ou eliminar contradição;

II - suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento;

III - corrigir erro material.

No caso dos autos, inexistente mácula a ser sanada, bem como encontra-se devidamente fundamentado o provimento jurisdicional ora embargado.

Quanto à suscitada incidência dos supracitados verbetes sumulares (5, 7 e 211 do STJ), este signatário, assim manifestou-se (e-STJ, fl. 960):

Convém registrar, ainda, que as matérias acima analisadas foram devidamente prequestionadas, além de serem estritamente jurídicas, não configurando, com isso, vedado reexame de fatos e provas, a afastar a aplicação das Súmulas 211 e 7 do STJ, respectivamente. Enfatiza-se, também, que a apontada violação aos dispositivos legais arrolados nas razões do apelo extremo relativos às questões aqui apreciadas foi adequadamente evidenciada, não se cogitando da incidência da Súmula 284/STF.

Relativamente ao aduzido erro de direito, registra-se que tal equívoco não se mostra hábil a amparar o manejo de embargos de declaração, por não constar do art. 1.022 do CPC/2015, somente podendo ser impugnado mediante o meio processual próprio que não os aclaratórios.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Ademais, acerca da levantada contradição, verifica-se que a tese da embargante refere-se ao julgamento do mérito debatido na deliberação unipessoal desta relatoria, pretendo a parte a rediscussão da matéria, não se prestando a tal intento, mais uma vez, os declaratórios.

Sobressai que "a contradição que rende ensejo à oposição de embargos de declaração é aquela interna do julgado, somente se verificando, pois, quando no contexto do próprio acórdão embargado estejam contidas proposições inconciliáveis entre si, dificultando-lhe a compreensão, o que não ocorre no presente caso" (EDcl no AgRg na Rcl 15.614/MG, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Segunda Seção, julgado em 26/10/2016, DJe 3/11/2016).

Desse modo, não se evidenciando a existência dos vícios de omissão e contradição, porquanto devidamente apreciados os pontos submetidos à apreciação deste Julgador no apelo extremo da parte ora recorrida, mantém-se inalterada a decisão ora embargada.

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se.

Brasília (DF), 22 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator